



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Sexta-feira
(15/06)

Manchetes

UOL: Forças Armadas voltam a 11 favelas do Rio após fortalecimento do crime organizado

O Globo: Governo de SP diz que operação foi 'duro golpe' ao PCC

EXAME: Cartas encontradas no esgoto ajudaram em investigação contra o PCC

El País: Quais políticas penais estão por trás da expansão do PCC pelo Brasil?

Brasil de Fato: Presídios utilizam medicalização como estratégia de controle social

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Efeito de crise: Folha de S. Paulo noticia que o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, admitiu o aumento da influência das Forças Armadas no governo Michel Temer e disse que isso se deu em razão da crise política e do poder civil. Em entrevista, o ministro minimizou o risco de uma possível intervenção militar no país e disse que esse tipo de proposta parte de “vozes isoladas” diante da falta de encaminhamento de soluções para o país.

Plano de intervenção: Após quase quatro meses de atuação no Rio, o comando da intervenção federal na segurança do estado apresentou, na última quinta-feira (14), o plano estratégico das ações ao presidente Michel Temer. O governo federal decretou intervenção na segurança do Rio em 16 de fevereiro com prazo até 31 de dezembro. Os principais objetivos apresentados ao presidente já são conhecidos: redução dos índices de criminalidade, aumento da sensação de segurança e a retomada da capacidade operativa das polícias, que sofrem com equipamento obsoleto e falta de materiais. Notícia da **Folha de S. Paulo**.

Premiação de loterias: G1 informa que o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, declarou na quinta-feira (14) que o governo estuda rever o aumento previsto



no prêmio das loterias federais para compensar a perda de receitas dos ministérios do Esporte e da Cultura. Jungmann comentou a possibilidade durante entrevista no Palácio do Planalto, após reunião com o presidente Michel Temer e o general Walter Braga Netto, interventor federal no Rio de Janeiro.

Operação em favelas: UOL noticia que as Forças Armadas e a Polícia Militar realizaram na tarde de quinta-feira (14) uma operação de grandes proporções em 11 favelas na zona oeste do Rio de Janeiro após o fortalecimento do crime organizado em regiões que já haviam sido ocupadas pelas forças de segurança. A ação ocorreu nas favelas Curral das Éguas, Fumacê, Muquição, Palmeirinha, Batan, Minha Deusa, Parque das Nogueiras, Vila Vintém, Promorar I, Promorar II e Triângulo. Elas abrangem área habitada por cerca de 1,5 milhão de pessoas.

Caso Marielle: O Globo noticia que no dia em que o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes completou três meses, a Delegacia de Homicídios da Capital (DH) se aprofundou ainda mais no viés político para tentar chegar à motivação do crime. A previsão era que Domingos Brazão, conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ), prestasse depoimento na última quinta-feira (14), mas o advogado dele, Ubiratan Guedes, conseguiu mudar a data, alegando que Brazão tinha prerrogativas de foro por ter ocupado o cargo no tribunal. A polícia quer saber se há alguma ligação do conselheiro afastado com a testemunha-chave do caso.

Sistema Prisional

Duro golpe: O secretário de Segurança Pública de São Paulo, Magino Alves Barbosa Filho, chamou de "duro golpe" para o PCC a operação Echelon, deflagrada pela Polícia Civil em parceria com o Ministério Público Federal e a Secretaria de Administração Penitenciária, na manhã de quinta-feira (14). Segundo ele, a operação conseguiu desbaratar uma célula da facção criminosa que, de dentro da penitenciária de Presidente Venceslau, interior de São Paulo, ordenava execuções e crimes diversos em diferentes estados do país. Notícia do **O Globo**.

Ordens do PCC: UOL informa que, ao todo, 63 mandados de prisão, de um total de 75



expedidos pela Justiça, foram cumpridos, além de 55 de busca e apreensão em uma operação contra o Primeiro Comando da Capital (PCC) e seus aliados em 14 Estados. A Operação Echelon teve por base investigações iniciadas no começo do ano passado, que interceptaram ordens para execução de rivais da facção nos Estados e para a morte de policiais e agentes penitenciários.

Cartas no esgoto: EXAME noticia que a investigação que terminou com a Operação Echelon, deflagrada na quinta-feira (14), contra o Primeiro Comando da Capital (PCC), partiu de uma “pescaria” feita nos dutos de esgoto das raíais da Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, no interior paulista. Em março do ano passado, o setor de inteligência da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) simulou um problema em um dos dutos de esgoto da cadeia, que mantém presos os líderes da organização criminosa. Era um problema falso. “No lugar de reparar o esgoto, instalamos telas nos dutos”, explicou o secretário da SAP, Lourival Gomes. “Sempre que fazíamos uma operação, eles jogavam as cartas no esgoto”, disse Gomes.

Expansão do PCC: El País noticia que ataques como os que ocorreram em Minas Gerais deixaram visível um processo iniciado há alguns anos e reforçado nos últimos tempos: a expansão do grupo para fora dos limites territoriais de São Paulo. Não há consensos no poder público, na sociedade civil, tampouco, nas produções acadêmicas sobre o que ocasionou a expansão do PCC para fora de São Paulo. Enumeram-se diversos aspectos, muitos dos quais dissonantes. Entretanto, há algumas vozes menos divergentes entre si que apontam para a relação entre o tipo de política penal implantado no Brasil e a consolidação do PCC.

Medicalização de detentos: Brasil de Fato informa que relatos divulgados pela Pastoral Carcerária (Pcr), na página ‘Vozes Marcadas pelo Cárcere’, indicam uma questão do sistema prisional brasileiro sobre a qual não há muitos dados: a administração excessiva de psicotrópicos a presos e presas, de forma indiscriminada. Uma prática que, conforme os depoimentos coletados pela entidade, não está restrita aos hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), para onde são direcionadas pessoas que cometeram crimes e são consideradas inimputáveis em razão de transtorno mental.